

TRABALHAR COM AS FAMÍLIAS

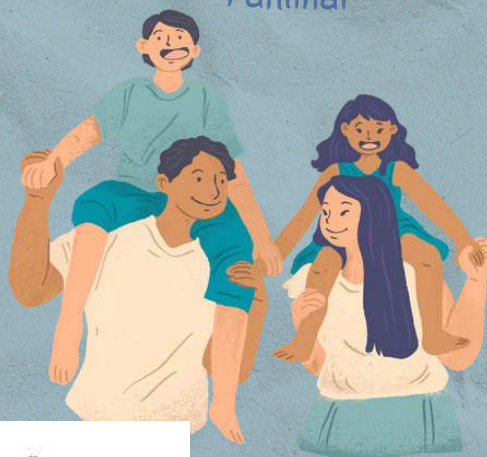
Desafios da Parentalidade no Acolhimento Residencial



Motivos do
Acolhimento

Acolhimento

Reintegração
Familiar



TRABALHAR COM AS FAMÍLIAS

Desafios da Parentalidade no Acolhimento Residencial

Autoras

Fernanda Gaspar
Vânia Pires

Morivos do
Acolhimento

Acolhimento

Reintegração
Familiar





Enquadramento

Porque é que este
guia existe?

Este guia surge como uma ferramenta do projeto "Voar para a Autonomia", no sentido de ajudar os cuidadores das Casas de Acolhimento a trabalharem com as famílias das crianças e jovens lá acolhidas.

Temos perfeita consciência que não há poções mágicas, e esta também não é. Temos a perfeita noção que, mesmo que implementem as estratégias que aqui sugerimos (ou outras que se vos ocorram), nem todos os pais irão aderir, outros irão aderir e desistem passado pouco tempo... enfim... Temos, também, a perfeita e total perceção que, se nada for feito, nada mudará, nunca.

Assim, lançamos este desafio, que pode e deve ser complementado, sabendo que todos(as) vós sois capazes de o encarar com determinação. Ao longo de todo o projeto, sentimos um crescente na motivação dos(as) vossos(as) jovens. Acreditamos que o mesmo se passa convosco.



AMOR

VÍNCULO

SUORTE

FAMÍLIA



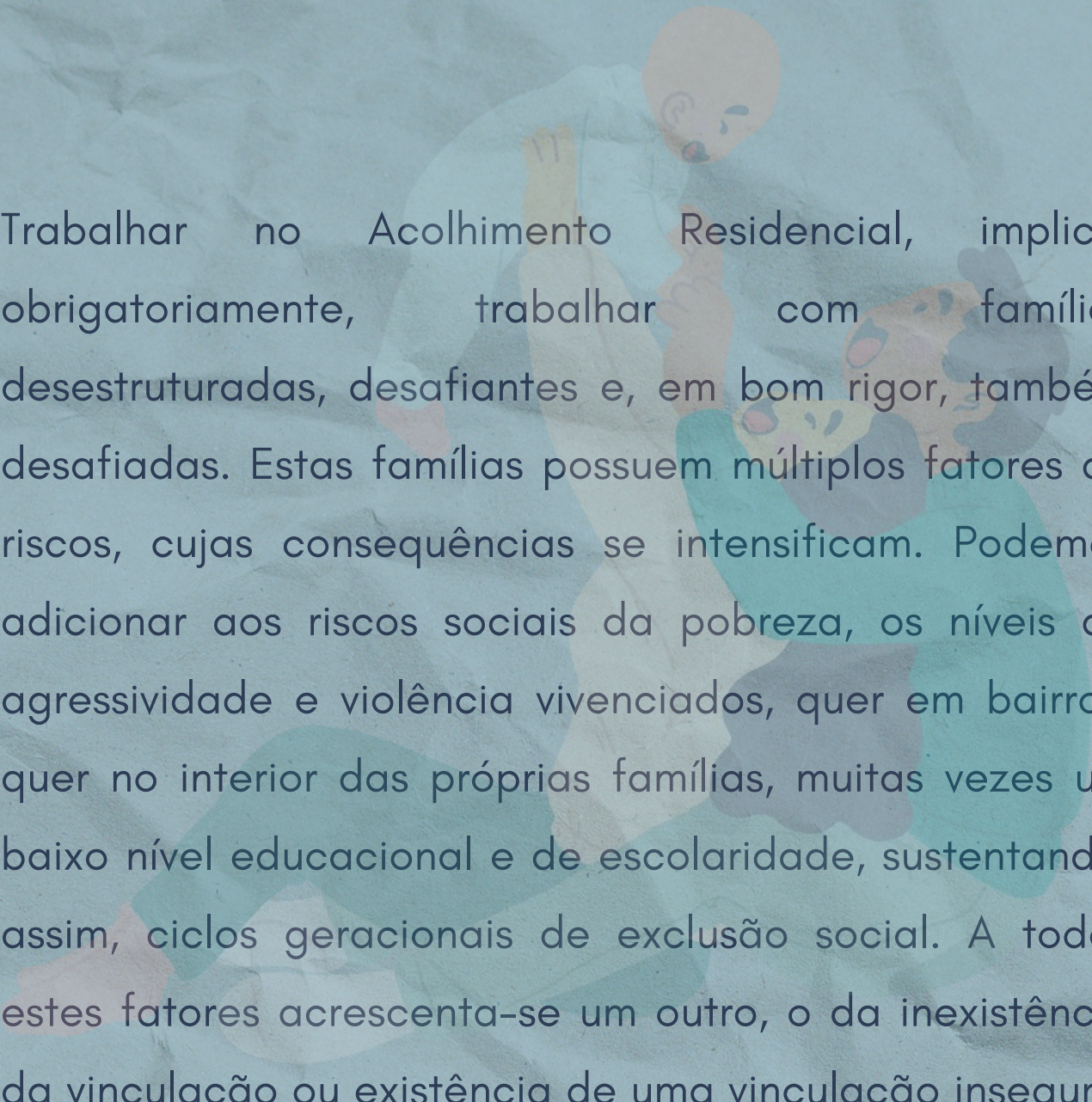
Era com esse pedido insistente que esperava meu pai chegar, todas as noites, todos os dias da semana, por toda a minha infância. Mesmo cansada, já passando da hora de dormir, mantinha os olhos bem abertos, para que pudesse, com suas histórias, embalar meu sono e alimentar meus sonhos. O cavalinho alado, o gato pintor, o peixe tenor e uma série de personagens e roteiros estimulavam minha imaginação e aguçavam minha curiosidade sobre o mundo, os afetos e as relações "humanas"

(Fazendo minha história Guia de ação para colaboradores)

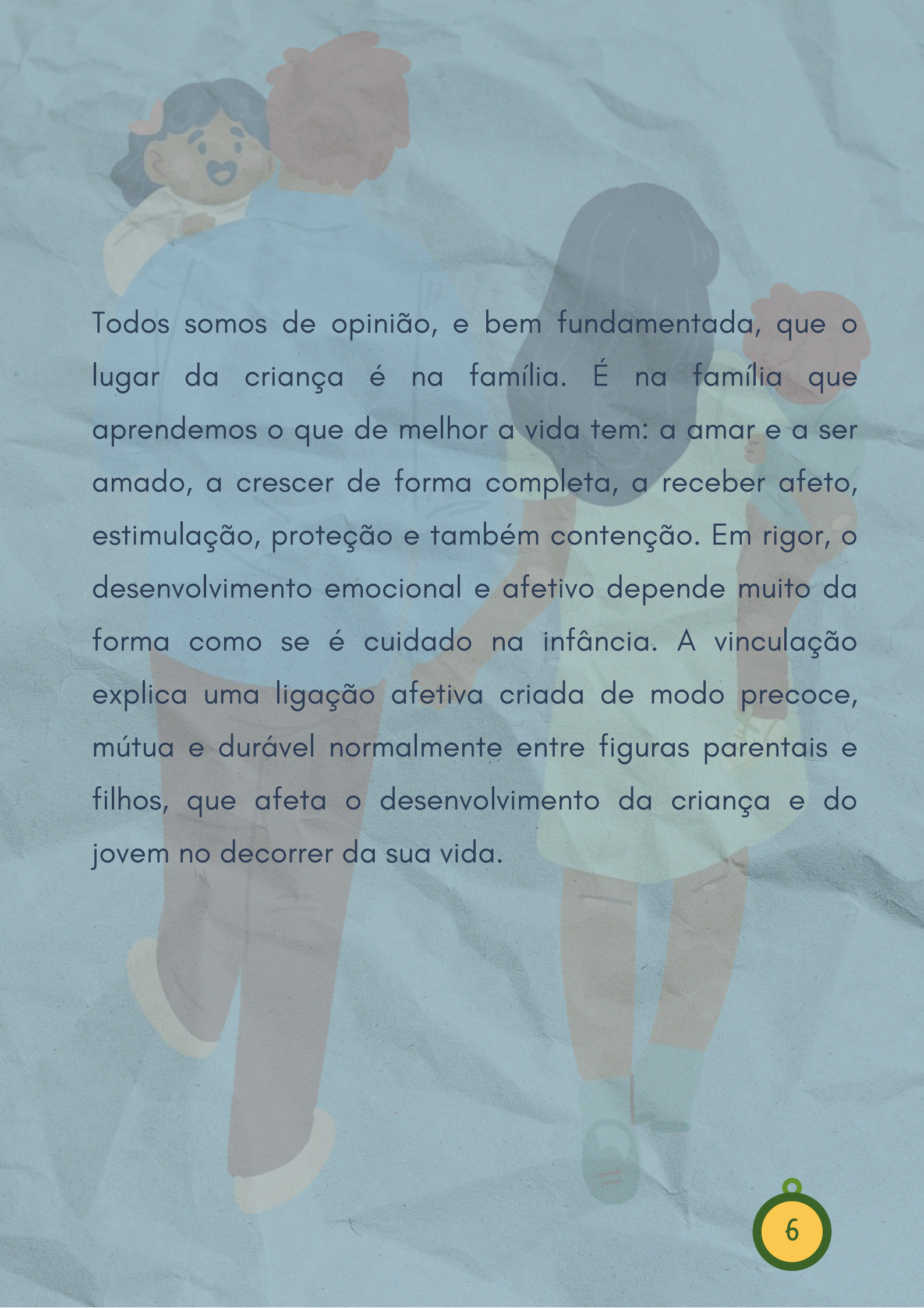


PROTEGER E REFORÇAR VÍNCULOS NO ACOLHIMENTO RESIDENCIAL





Trabalhar no Acolhimento Residencial, implica, obrigatoriamente, trabalhar com famílias desestruturadas, desafiantes e, em bom rigor, também desafiadas. Estas famílias possuem múltiplos fatores de riscos, cujas consequências se intensificam. Podemos adicionar aos riscos sociais da pobreza, os níveis de agressividade e violência vivenciados, quer em bairros, quer no interior das próprias famílias, muitas vezes um baixo nível educacional e de escolaridade, sustentando, assim, ciclos geracionais de exclusão social. A todos estes fatores acrescenta-se um outro, o da inexistência da vinculação ou existência de uma vinculação insegura, bem como a incapacidade do desempenho de uma parentalidade securizante.

A stylized illustration of a family walking away from the viewer on a light blue, crumpled paper-textured background. The father, on the left, has reddish-brown hair and wears a blue long-sleeved shirt and brown trousers. The mother, on the right, has dark hair and wears a yellow dress and green shoes. They are holding hands. A young girl with dark hair and a pink bow is walking between them, wearing a yellow dress and green shoes. A small child with reddish-brown hair is being carried in the mother's arms. The text is overlaid on the father's figure.

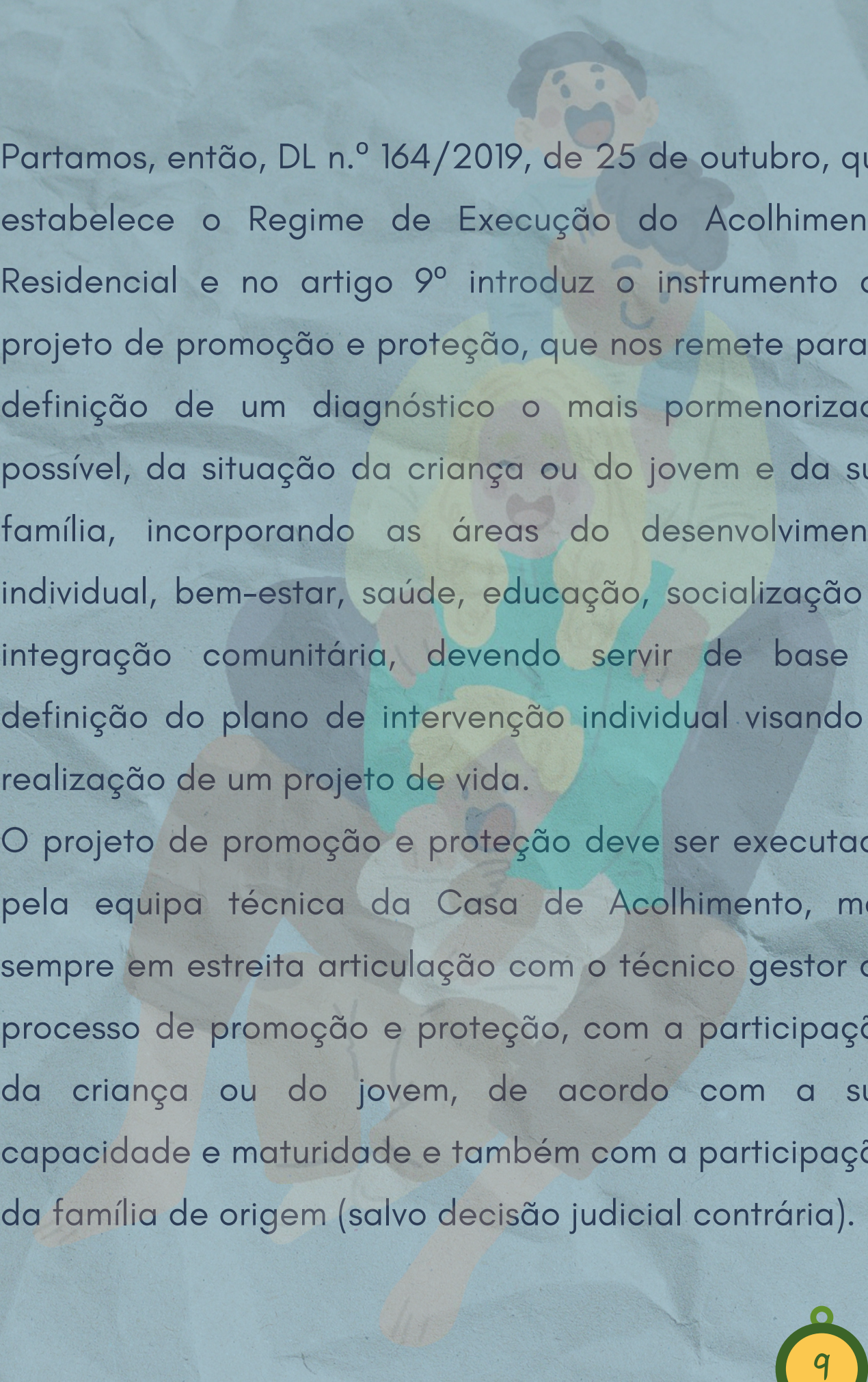
Todos somos de opinião, e bem fundamentada, que o lugar da criança é na família. É na família que aprendemos o que de melhor a vida tem: a amar e a ser amado, a crescer de forma completa, a receber afeto, estimulação, proteção e também contenção. Em rigor, o desenvolvimento emocional e afetivo depende muito da forma como se é cuidado na infância. A vinculação explica uma ligação afetiva criada de modo precoce, mútua e durável normalmente entre figuras parentais e filhos, que afeta o desenvolvimento da criança e do jovem no decorrer da sua vida.

Assim, a própria lei no art.º 4 da LPCJP da segunda alteração datada de 8 de setembro de 2015, Lei 142/2015 contempla, entre os princípios orientadores da intervenção:

- Prevalência da família, na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem, em que deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável;
- Primado da continuidade das relações psicológicas profundas, em que a intervenção deve respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas estruturantes de grande significado e de referência para o seu saudável e harmónico desenvolvimento, devendo prevalecer as medidas que garantam a continuidade de uma vinculação securizante.

A presença de laços filiais não garante, por si só, vinculações seguras, nem ressalva os filhos de parentalidades desorganizadas, disfuncionais e, até, por vezes, patológicas, das quais estes têm de ser protegidos, sendo que, no limite, pode mesmo incluir a sua retirada da família para o Acolhimento (residencial ou familiar). Centremo-nos no Acolhimento Residencial. Todo o trabalho e tempo é pouco para a evolução/transformação dos pais. É, pois, urgente, que todos os técnicos e outros cuidadores intervenientes no processo de acolhimento, conciliem a avaliação, intervenção e proteção no TEMPO ÚTIL da criança/jovem.

Urge definir, dinamizar e concretizar projetos de vida nesse tempo útil da criança/jovens agora em Acolhimento Residencial. Não nos esqueçamos que, quando se tratam de crianças pequenas, há janelas de período crítico e sensíveis que não podem, de maneira alguma, ser ignoradas.



Partamos, então, DL n.º 164/2019, de 25 de outubro, que estabelece o Regime de Execução do Acolhimento Residencial e no artigo 9º introduz o instrumento de projeto de promoção e proteção, que nos remete para a definição de um diagnóstico o mais pormenorizado possível, da situação da criança ou do jovem e da sua família, incorporando as áreas do desenvolvimento individual, bem-estar, saúde, educação, socialização e integração comunitária, devendo servir de base à definição do plano de intervenção individual visando a realização de um projeto de vida.

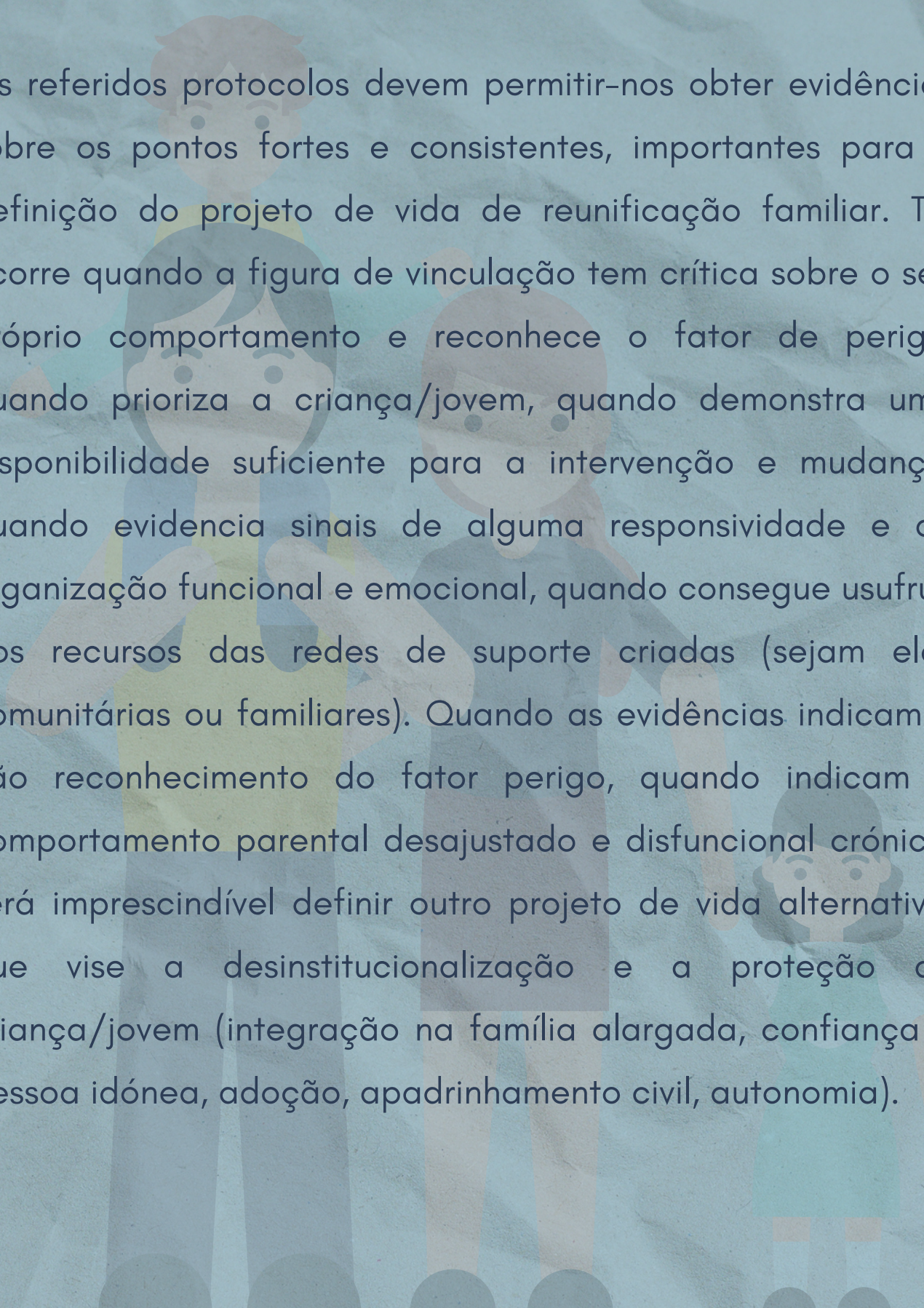
O projeto de promoção e proteção deve ser executado pela equipa técnica da Casa de Acolhimento, mas sempre em estreita articulação com o técnico gestor do processo de promoção e proteção, com a participação da criança ou do jovem, de acordo com a sua capacidade e maturidade e também com a participação da família de origem (salvo decisão judicial contrária).

É elementar apoiar e ajudar os pais para que sejam mais competentes no desempenho da parentalidade. Estes pais, que surgem como maltratantes, negligentes e agressores têm de ser escutados, compreendidos na sua dor e refletidos no seu relato pessoal. No passado destes pais há, não raramente, vivências de maus-tratos, de violência, de abandono e de exclusão. Ao trabalhar com os pais, é importante e necessário procurar a empatia, pensando na criança que tinham sido e que ainda transportam dentro deles. O Acolhimento Residencial deve possibilitar à criança e ao jovem a conservação dos laços com a família, à qual, poderá vir a regressar. À família deve ser assegurado o acesso à informação sobre o plano de intervenção e capacitação, o conhecimento e a participação na decisão de matérias de maior importância para os seus filhos, a participação e acompanhamento das rotinas destes (desde que sejam do seu superior interesse), como, por exemplo, o acompanhamento a consultas médicas, idas à escola ou a atividades extracurriculares, rotinas dos banhos, refeições e acompanhamento no estudo.

Na Casa de Acolhimento, as famílias não devem ser vistas como visitas, mas sim como partes integrantes das dinâmicas e da intervenção com as crianças e jovens. Visitas semanais de curta duração (e.g., de 1 hora) não vinculam, não aproximam, não enlaçam. A estrutura de vinculações seguras e consistentes, em especial na 1ª infância, só é possível com a presença física.

Então, importa, pois, capacitar as Famílias no Exercício da Parentalidade!

Urge investir nas famílias, desenvolver intervenções especializadas com estas, tendo como foco a capacitação da parentalidade. Para tal, é crucial que exista um trabalho em rede, onde entidades e equipas que atuam nos vários contextos (meio natural de vida e no Acolhimento Residencial) cooperem, estabelecendo ações e estratégias conjuntas e adaptadas. É necessário que os técnicos intervenientes definam protocolos de intervenção intensivos e multidisciplinares, com ações concretas e cirúrgicas que visem a mudança dos fatores de perigo, com indicadores de avaliação claros, concisos e objetivos.

A faint, stylized illustration of four children is visible in the background. From left to right: a boy with brown hair wearing a yellow shirt and blue pants; a girl with dark hair wearing a blue shirt and dark pants; a girl with reddish-brown hair wearing a dark blue shirt and a reddish-brown skirt; and a girl with dark hair wearing a light green shirt and a light green skirt. They are all standing and looking forward.

Os referidos protocolos devem permitir-nos obter evidências sobre os pontos fortes e consistentes, importantes para a definição do projeto de vida de reunificação familiar. Tal ocorre quando a figura de vinculação tem crítica sobre o seu próprio comportamento e reconhece o fator de perigo, quando prioriza a criança/jovem, quando demonstra uma disponibilidade suficiente para a intervenção e mudança, quando evidencia sinais de alguma responsividade e de organização funcional e emocional, quando consegue usufruir dos recursos das redes de suporte criadas (sejam elas comunitárias ou familiares). Quando as evidências indicam o não reconhecimento do fator perigo, quando indicam o comportamento parental desajustado e disfuncional crónico, será imprescindível definir outro projeto de vida alternativo, que vise a desinstitucionalização e a proteção da criança/jovem (integração na família alargada, confiança a pessoa idónea, adoção, apadrinhamento civil, autonomia).

É essencial e urgente promover a Participação das Famílias nas Dinâmicas das Casas de Acolhimento!

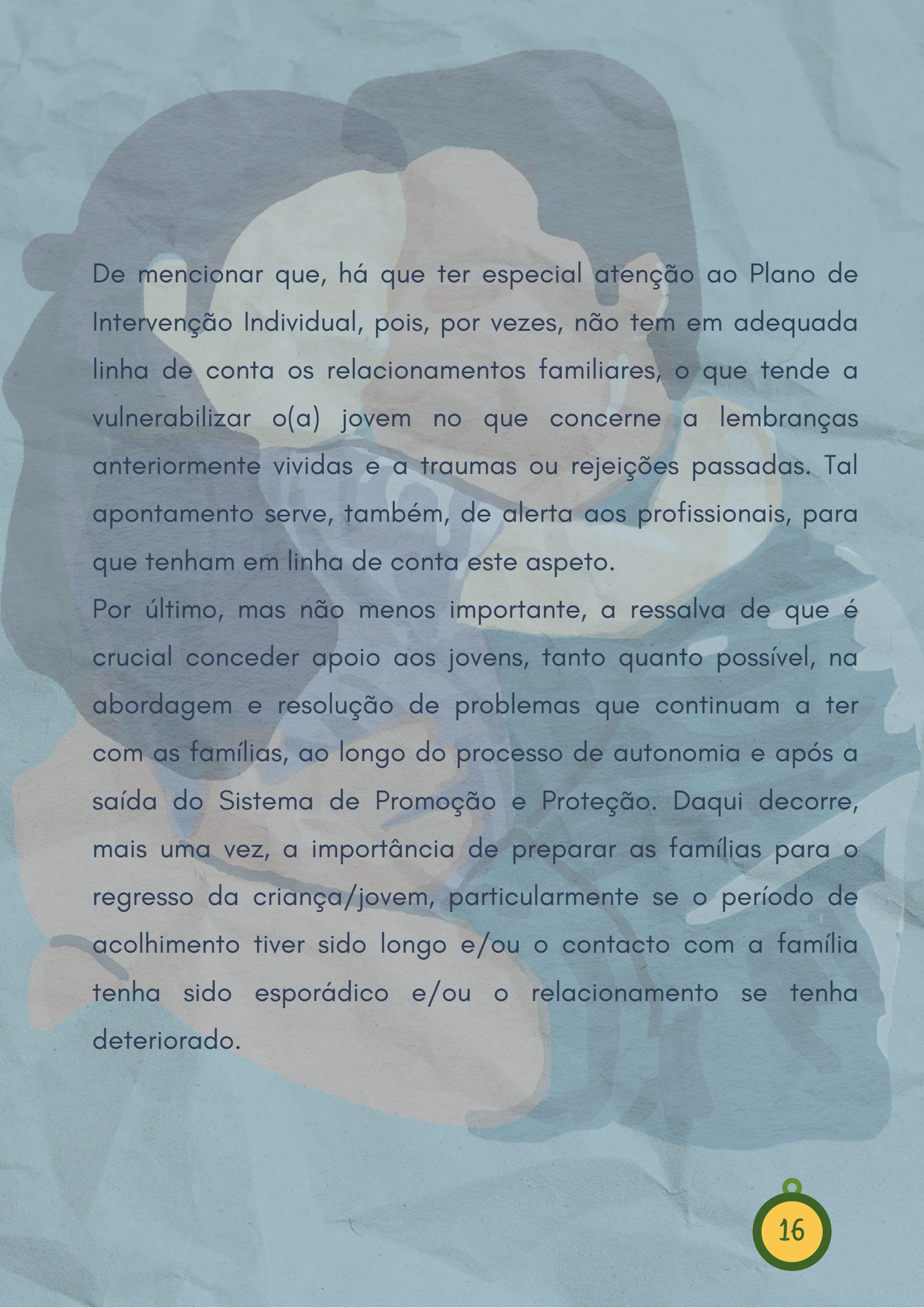
- Devem ser promovidos contactos regulares e variados com a família (contactos presenciais, videochamadas, troca de vídeos, áudios e fotos...), adaptados às idades e características da criança/jovem e da sua família, de modo a garantir que esta última permanece na vida e no dia-a-dia da criança/jovem. Estes contactos devem ser fortalecidos à medida que se aproxima o momento da saída do Acolhimento Residencial e, em qualquer circunstância, é bem que sejam mediados pelas equipas técnicas envolvidas;
- Entre a família e a Casa de Acolhimento deve ser promovida uma relação de colaboração, assente nas necessidades da criança/jovem acolhida(o), que afiance um acompanhamento na sua vida e não de rutura, permitindo-lhe sentir que pertence aos dois contextos – Família e Casa de Acolhimento –, sem conflitos de sinceridade;

- São importantes os encontros presenciais entre as Casas de Acolhimento (equipa técnica ou não) e a família;
- Sugere-se a utilização de um caderno para troca de mensagens entre a família e a Casa de Acolhimento (que acompanhará a criança/jovem nas visitas à casa dos pais);
- “Dia da família”: Pode a Casa de Acolhimento organizar um dia (ou vários consoante o número de jovens acolhidos ou as características da Casa) em que a família e os jovens possam realizar atividades em conjunto, como jogos, desportos, passeios ou cozinhar juntos (ainda que algo muito simples). Esse dia pode ajudar a fortalecer os laços familiares e criar memórias positivas, juntos;
- Importantes são, também, as visitas combinadas dos técnicos ou do adulto de confiança da criança/jovem à família, não para vistoriar, mas para conversar, para ouvir histórias do passado (episódios bonitos/positivos ou não), visando promover a compreensão da história e da cultura familiar:

- Festejar o aniversário da criança/jovem na Casa de Acolhimento com a presença dos pais, será, certamente, um momento de estreitamento de laços, de aumento de confiança de ambas as partes, de observação de forma muito sutil, de eventuais lacunas parentais a serem trabalhadas, o mais cedo possível, mas de forma programada e refletida;
- Partindo do pressuposto da reunificação familiar, além da manutenção da relação e dos vínculos, é deveras importante estimular-se a inclusão gradual e contínua dos pais nas rotinas médicas, escolares, na compra de roupa e em outras decisões, escolhendo medidas que deem visibilidade ao papel da família no sucesso do Acolhimento Residencial;
- É de extrema importância que as Casas de Acolhimento tenham intervenções simplificadoras da reunificação familiar, complementando o trabalho individual e grupal com as famílias, tanto com as crianças/jovens como com os pais. A partilha de experiências entre as famílias resultará em momentos de enriquecimento e de capacitação, contribuindo para a superação dos desafios da parentalidade;

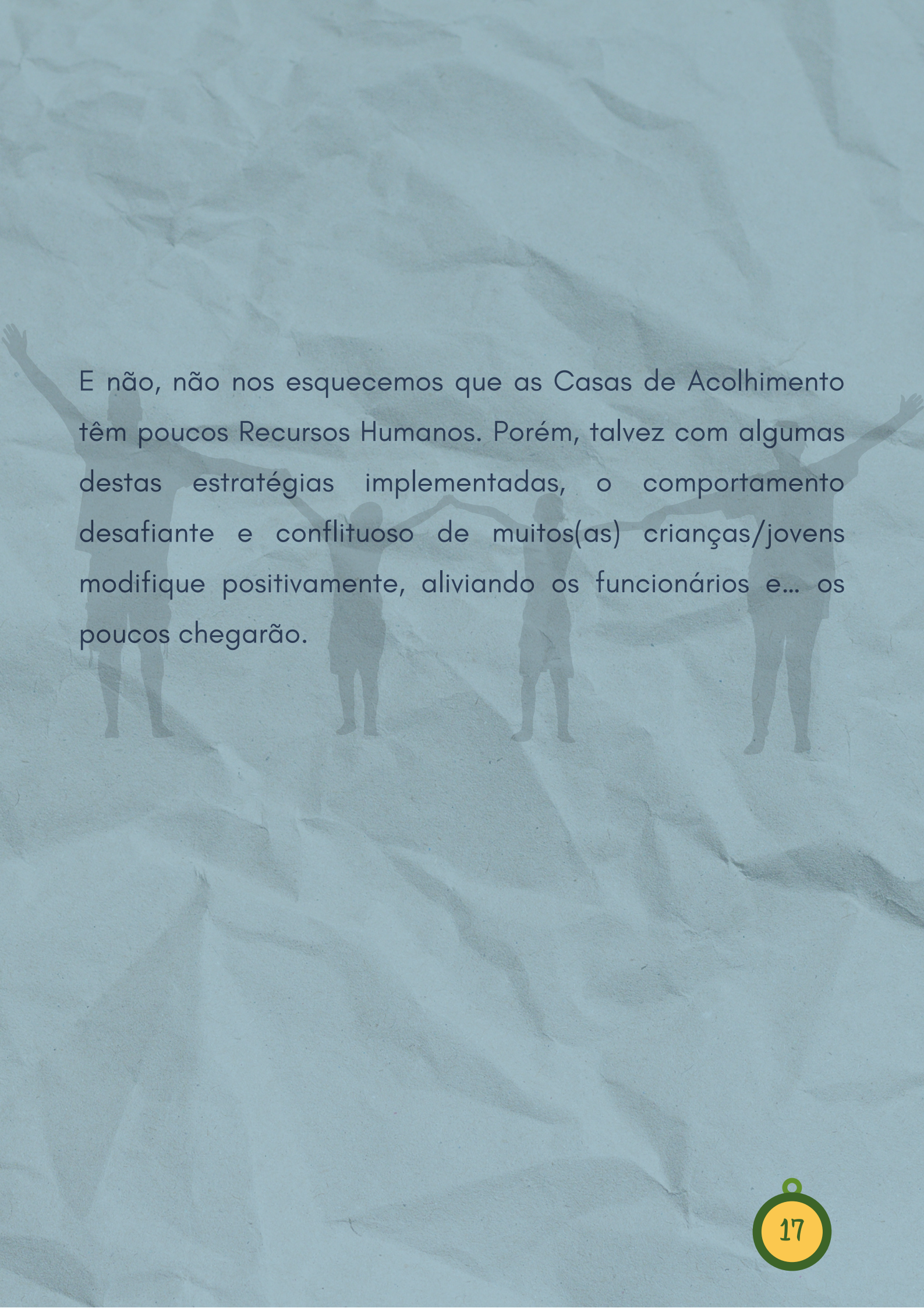
- Por fim, mas não menos importante, deve ser pensado o pós-acolhimento, numa perspetiva de *follow-up*, através de um trabalho em rede e de uma reflexão sobre os recursos que são disponibilizados para o apoio nos tempos chegados à saída do Acolhimento Residencial. Assim, sugere-se que as Casas de Acolhimento tenham um programa de *follow-up* que dê continuidade ao trabalho realizado, após a saída do acolhimento.

Afiançar que os vínculos que a criança/jovem (re)estabelece com a família, que convivem numa configuração harmoniosa e reparadora, que perduram no tempo, mesmo depois de cessado o seu acolhimento, é um dos grandes desafios da parentalidade no Acolhimento Residencial. Pode não ser fácil, mas é possível. Importa, pois, avaliar de forma contínua, de modo a ir corrigindo em tempo útil e sempre que necessário, as trajetórias de intervenção, de forma única e individual.

A soft, painterly illustration in the background shows a family of four—a mother, father, and two children—embracing each other in a warm, affectionate hug. The colors are muted and blended, creating a sense of intimacy and emotional support.

De mencionar que, há que ter especial atenção ao Plano de Intervenção Individual, pois, por vezes, não tem em adequada linha de conta os relacionamentos familiares, o que tende a vulnerabilizar o(a) jovem no que concerne a lembranças anteriormente vividas e a traumas ou rejeições passadas. Tal apontamento serve, também, de alerta aos profissionais, para que tenham em linha de conta este aspeto.

Por último, mas não menos importante, a ressalva de que é crucial conceder apoio aos jovens, tanto quanto possível, na abordagem e resolução de problemas que continuam a ter com as famílias, ao longo do processo de autonomia e após a saída do Sistema de Promoção e Proteção. Daqui decorre, mais uma vez, a importância de preparar as famílias para o regresso da criança/jovem, particularmente se o período de acolhimento tiver sido longo e/ou o contacto com a família tenha sido esporádico e/ou o relacionamento se tenha deteriorado.



E não, não nos esquecemos que as Casas de Acolhimento têm poucos Recursos Humanos. Porém, talvez com algumas destas estratégias implementadas, o comportamento desafiante e conflituoso de muitos(as) crianças/jovens modifique positivamente, aliviando os funcionários e... os poucos chegarão.

DICAS

LEITURAS ESSENCIAIS:

- Preparar para a vida em autonomia – Guia Prático (2017);
- Recomendação sobre os direitos da criança e serviços sociais direcionados para crianças e famílias, de 2011;
- Estratégia para os Direitos da Criança (2016-2021);
- Convenção sobre os Direitos da Criança.



”

"POR VEZES SENTIMOS
QUE AQUILO QUE
FAZEMOS NÃO É SENÃO
UMA GOTA DE ÁGUA NO
MAR. MAS O MAR SERIA
MENOR SE LHE FALTASSE
UMA GOTA."

Madre Teresa de Calcutá